

**APOSENTADORIAS DE ACÔRDO
COM ATO COMPLEMENTAR**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

E.M. nº
Propostas de exonera-
ções e aposentadorias.

Em de junho de 1969.

Excelentíssimo Senhor
Presidente da República :

Cabe-me encaminhar à alta consideração de Vossa Excelência as inclusas propostas de exoneração e aposentadoria de titulares de funções públicas, formuladas pela Comissão de Investigação Sumária deste Ministério.

Tôdas essas propostas foram fundadas, pela referida Comissão, no Ato Complementar nº 39 e no Decreto nº 63 863, ambos de 20 de dezembro de 1968.

Acompanham as fichas de assentamentos individuais dos indiciados e, ainda, cópia do Aviso confidencial nº 100, de 23 de janeiro de 1969, do Exmº Ministro da Marinha, contendo informações que podem também ser examinadas, a respeito de alguns dos elementos relacionados.

Devo esclarecer a Vossa Excelência que diversas propostas da CISMEC, não incluídas nesta Exposição, estão sendo encaminhadas ao Exmº Ministro da Justiça, por se tratar de titulares ou servidores não pertencentes ou vinculados ao quadro deste Ministério (AC 39, arts. 2º, II, e 3º).

Cumpre-me ainda informar que Armando Sócrates Schnoor já deixou de ser membro do Conselho Federal de Cultura, por não haver sido a êle reconduzido, ao cessar, há pouco, o prazo de duração de seu mandato.

Ao propósito das formulações que ora encaminho à decisão de Vossa Excelência, não posso deixar de, ao mesmo tempo,

transmitir algumas impressões causadas por idênticos procedimentos anteriores umas no sentido de que as punições deveriam ser mais abrangentes e rigorosas, e outras de que, em muitos casos, ocorrem excesso e injustiça.

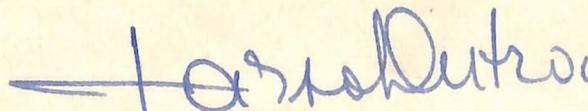
Exemplo de manifestação num dos sentidos expostos, foi a do Professor Paulo de Góis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, até há pouco, adido cultural do Brasil junto à nossa representação diplomática em Washington.

Permito-me ainda uma vez esclarecer a Vossa Excelência que todos os afastamentos do serviço público até aqui encaminhados, na área do Ministério da Educação e Cultura, tiveram assento em parecer fundamentado da Comissão de Investigação Sumária ou decorreram de atos de cassação de direitos políticos, nada havendo, portanto, de arbitrário ou pessoal, nesses procedimentos.

Por outro lado, alguns afastamentos foram rejeitados por decisão final de Vossa Excelência, à vista de elementos subjetivos de convicção, quanto à propriedade ou conveniência das punições propostas, como medidas de defesa dos princípios da Revolução de Março.

Por se tratar, assim, de matéria sempre muito controversa e discutível, colocada na instância mais elevada dos interesses revolucionários, com repercussões que podem, na apreciação crítica de elementos suspeitos, contrários ao Governo ou até de boa fé, comprometer o espírito de justiça ou o sentimento de dever com que a mesma é considerada, aprez-me solicitar a Vossa Excelência que, antes da decisão final a ser proferida nos atos em aprêço, seja ouvida a Secretaria do Conselho de Segurança, como mais uma fórmula de supervisão e controle do acêrto das medidas a serem tomadas.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência as expressões do meu profundo respeito.


Tarso Dutra

Paulo de Góis: Não tragam para a Universidade as vinganças pessoais



— Desejamos e aspiramos é que os políticos nos esqueçam. Que não tragam para dentro da Universidade a intriga, as vinganças pessoais, a perseguição a inocentes e a impunidade dos faltosos. Nós sabemos e muito quem são eles. Queremos é que a nossa autoridade não seja desmoralizada, para que possamos exercitá-la em sua plenitude justa — disse a O GLOBO o microbiologista Paulo de Góis, sub-reitor de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

— É óbvio que a Universidade deve abrigar as mais variadas formas de pensamentos, de idéias e de convicções — acentuou. — Mas tudo pautado e balizado dentro de uma convivência harmônica, respeitando-se a opinião de cada qual. O livre debate, o confronto de idéias, não deve ser reprimido por qualquer forma. No entanto tudo isto deve fazer-se sem que a Universidade sirva à propaganda política, à difusão de ideologias, nem albergue o germe da perturbação social, ou da subversão.

A ENTREVISTA

Pergunta — Senhor Professor, causou certa perplexidade, na opinião pública, a renúncia coletiva, apresentada, em 20 do mês passado, ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelos integrantes da administração superior da Universidade.

Poderia Vossa Excelência explicar as razões do fato?

Resposta — Em verdade, o pedido de renúncia coletiva não teve a significação que muitos lhe quiseram dar. É acontecimento de rotina. Os que exercem cargos de confiança, quando julgam oportuno fazê-lo, põem seus cargos e funções, à disposição da autoridade que os nomeou. De fato, o que motivou tal decisão — essa dos colaboradores diretos do Reitor —, foi deixá-lo à vontade num momento em que decisões administrativas de grandes conseqüências e relevância deveriam ser tomadas, tais como: a reformulação do estatuto por imposições legais; a mudança da Reitoria para a Ilha Universitária, e a execução do plano de ação-69, elaborado pelos principais dirigentes da Instituição, decisões que devem ser, agora, implementadas.

P. — Pelo exposto, parece que não tiveram fundamento certas interpretações ventiladas na imprensa, isto é, de que essa renúncia teria sido uma reação de protesto ante a aposentadoria de professores; ante a possível mudança da Cidade Universitária, em conseqüência da construção do aeroporto supersônico no Galeão. É exato?

R. — Tudo isto, sem dúvida, foram meras especulações. A família universitária está perfeitamente unida em torno do seu Reitor que, dentro da Instituição, conta com o mais irrestrito apoio e solidariedade de todos os seus companheiros.

Repercussão

Nesse particular, devo dizer que o Reitor sempre soube estar vigilante. É homem de formação democrática. Católico praticante, infenso a quaisquer formas de totalitarismos, quer da esquerda, quer da direita. Cidadão consciente e atento a possíveis infiltrações de ideologias exóticas contrárias à índole do povo brasileiro. Austero, probo, sabe exercitar a sua autoridade de forma serena, mas dentro de um lúcido espírito democrático.

Autonomia

P. — Quais são as relações entre o Governo e a UFRJ?

R. — A Universidade Federal do Rio de Janeiro não deve ser considerada uma organização governamental, "stricto sensu". É certo que a sua manutenção se deve, em forma quase total, a recursos recebidos do Governo. No entanto, por Lei, goza ela de autonomia didática, financeira e administrativa. Seus principais dirigentes são nomeados, após processo eletivo, por ato do Governo que, assim procedendo, lhes demonstra confiança. Em conseqüência desta forma de investidura, decorre que os dirigentes universitários, desde o Reitor até os Diretores de Unidades, representam a síntese de confiança, de um lado, do pessoal docente, integrante dos colegiados que os elegeram e, de outro, do Governo que os escolhe e nomeia. Em meu entender, este processo talvez não seja o mais conveniente. Julgo que a Universidade deveria ser atribuída a responsabilidade exclusiva da eleição de seus dirigentes; mas desde que não é assim que a Lei dispõe, acautemo-la, mesmo porque não se pode desconhecer que, se o Governo é o principal financiador da Instituição, não pode estar ele ausente da escolha dos administradores que gerem os fundos públicos que mantêm a Universidade.

Cooperação

P. — Como se faz a cooperação entre a Universidade e o Governo?

R. — Da forma mais estreita e construtiva. Cumpre a Universidade, mesmo sem ser solicitada pelo Governo, a levar subsídios para a solução

R. — Seria fastidioso e teria que me alongar muito para contar tudo o que até o momento se concretizou.

No folheto "A Reforma da Universidade Federal do Rio de Janeiro", entretanto, está escrito de forma fiel o que já se realizou.

É certo que ainda não se implantaram todos os órgãos previstos na nova estrutura da Universidade, consoante o determinado nos Decretos-Leis ns. 53/66, 252/67 e Decreto n.º 60453-A/67 e no Estatuto aprovado em fevereiro de 1968. No entanto, o desdobramento da Faculdade de Filosofia em dez (10) novas Unidades, quais sejam — Faculdade de Educação, Faculdade de Letras, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Escola de Comunicação, Instituto de Física, Instituto de Química, Instituto de Geociências, Instituto de Biologia, Instituto de Matemática e Instituto de Psicologia —, foi, sem dúvida, tarefa de envergadura e merece relêvo. Uma das conseqüências práticas da maior importância dessa ampliação das Unidades universitárias foi a expansão de matrículas que a UFRJ alcançou em 1969, índice mais alto verificado no Brasil, e que atingiu cerca de 40%. Nos cursos de graduação, o nosso alunado se aproxima atualmente de cerca de 20.000 e nos cursos para graduados está perto de 1.000. Como estes últimos cursos os para graduados, são realizados no correr de todo o ano, é possível que eles sejam freqüentados por muitos milhares de profissionais de várias espécies. Isto para não referir os cursos de extensão universitária, ministrados não só a estudantes de graduação mas objetivando sobretudo levar a mais variadas formas de cultura à comunidade em geral. Neste particular, há uma programação bastante ambiciosa, cobrindo quase todos os campos do conhecimento e que versará assuntos da atualidade com o poder de atrair pessoas dos mais diversos grupos sociais. Tudo isto não está sendo feito, é claro, desordenadamente. A Reitoria já elaborou para o ano corrente um plano de ação muito realista que, se não lhe faltarem recursos, será efetivado. Entre os projetos implantados e em prosseguimento está o início da construção do Centro de Ciências Biológicas e de Saúde e a conclusão das obras do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, sendo muito provável a terminação das obras de reforma do Hospital de Clínicas. Para empreendimento de tal

valor, conta a Universidade

Valôres potenciais geralmente não desabrocham porque há certo desalento; as condições ambientais muitas vezes, sem que isto seja intencional, os reprimem ou os desestimulam. Não quero abordar o aspecto político. Apolítico que sou, como deve ser um "scholar", procuro defender-me do contágio perigoso que seria trazer, para as nossas decisões e para a nossa conduta, qualquer porção desse ingrediente nocivo à vida universitária. Mas não posso desconhecer que a instabilidade política por que tem passado o nosso País, nestes últimos anos, com oscilações, tem abalado a tranquilidade que a Instituição Universitária exige para sua plena produtividade. Instabilidade própria dos países subdesenvolvidos, imaturos, fator sem dúvida seriamente perturbador da nossa eficiência administrativa e produtividade. Desejamos e aspiramos é que os políticos nos esqueçam. Que não tragam para dentro da Universidade a intriga, as vinganças pessoais, a perseguição a inocentes e a impunidade dos faltosos. Nós sabemos e muito quem são eles. Queremos é que a nossa autoridade não seja desmoralizada, para que possamos exercitá-la em sua plenitude justa. Se tal acontecer, poderemos punir os faltosos, eliminar os que solertemente procuram trazer para a Universidade a subversão; saberemos nós próprios recompensar os esforçados e premiar o mérito de quem o saiba aplicar bem.

A Universidade é peça basilar da segurança nacional. Talvez mais delicada e sensível; tem, por isso, de ser prestigiada pelos Governos, que não precisam tutelá-la, porque a Universidade não necessita disso. O que se impõe é que as suas autoridades sejam res-

UM ROTEIRO PARA O ENSINO SUPERIOR

servir de guia à sua política na área do ensino superior. "Conferindo-se o que contém — diz o Prof. Paulo de Góis — verifica-se que o Governo Castelo Branco seguiu exatamente as diretrizes que aí lhe foram sugeridas." O texto do documento, entregue no dia 14 de abril daquele ano, é publicado a seguir, na íntegra.

"Excelentíssimo Senhor Presidente da República

E convicção dos signatários que o presente documento, elaborado por determinação de Vossa Excelência, embora limitada a consulta pela premência de tempo, procura refletir o pensamento dominante entre quantos militam nas cátedras, nos cargos de direção e nos órgãos colegiados da Universidade do Brasil.

2. Esta — pelo seus corpos docente, discente e administrativo — tem perfeita consciência da necessidade de ser reformada a política universitária brasileira, em vista dos aspectos de que se reveste a atualidade nacional. Dentre os fatores que desta decorrem, e que mais assinaladamente afetam as atividades e objetivos da universidade, destacam-se:

a) — a necessidade de formação acelerada de cientistas e tecnólogos para o rápido desenvolvimento do País, com vistas à presente conjuntura econômica; b) a necessidade de dar atendimento racional à demanda, sempre crescente, de vagas nos cursos universitários, decorrente do crescimento explosivo da população e da compreensão, sempre mais aguda, do valor da instrução superior, e menos empírico.

A este desafio deve a universidade atender, sem permitir o rebaixamento do nível de ensino que ministra, antes o elevando continuamente, por forma a ajustá-lo aos melhores padrões internacionais, dentro de suas finalidades autênticas, que são o desenvolvimento da ciência, o progresso da tecnologia, a promoção da cultura e a formação de profissionais capazes e dotados de alto espírito ético.

3. Sente-se a Universidade do Brasil em condições não somente de equacionar tais problemas, como de dar-lhes adequadas soluções, em conformidade com o panorama do desenvolvimento técnico-científico mundial e as limitações da realidade brasileira.

4. Nenhuma contradição existe entre tal perspectiva e o quadro que exige a universidade e pelos efetivos interesses

O Presidente Castelo Branco pediu em 1964 aos que estavam elaborando o plano da então Universidade do Brasil, hoje UFRJ, a confecção de um documento para

servir de guia à sua política na área do ensino superior. "Conferindo-se o que contém — diz o Prof. Paulo de Góis — verifica-se que o Governo Castelo Branco seguiu exatamente as diretrizes que aí lhe foram sugeridas." O texto do documento, entregue no dia 14 de abril daquele ano, é publicado a seguir, na íntegra.

c) a erradicação da atividade subversiva comunista.

8. Com referência à reforma universitária vem sendo realizado um grande e honesto esforço pela Universidade do Brasil, o qual, vencidas as fases de consulta e definição de diretrizes, desdobra-se, já agora, na especificação de métodos e processos de realizá-la (ver documentos anexos).

Este trabalho árduo, difícil e oneroso vem sendo realizado há ano e meio, e os seus resultados, já à vista, representarão, sem sombra de dúvida, não apenas a resposta ao problema pertinente à Universidade do Brasil, mas um paradigma idôneo para a reforma da universidade no Brasil.

9. O problema disciplinar exige para a sua efetiva solução, um esforço vigoroso, orientado pelas diretrizes educacionais mais idôneas, por parte do corpo docente. Partindo do preceito de que se educa pelo exemplo, cabe-lhe autodisciplinar-se, dando integral e dedicado desempenho às tarefas docentes, com observância das normas indeclináveis de assiduidade, exatidão e aperfeiçoamento constante. Ante a evidência consagradora de exceções a esta realidade de conduta, incumbe reforçar a autoridade das direções escolares, de forma a torná-las presentes, vigilantes e eficazes.

De referência ao corpo discente requer-se o exercício da autoridade, caldeada de compreensão e firmeza, obediente ao princípio da hierarquia, mas iluminada e aquecida de autêntico interesse humano. Deverá ser ministrada educação democrática e exigido o voto obrigatório de todos os estudantes para a constituição dos órgãos estudantis e para a adoção das resoluções de maior transcendência para a coletividade discente. Esta educação se completará pela transmissão de conhecimentos idôneos que atendam às exigências de informações pela mocidade, inquietada ante os problemas nacionais e sociais, num mundo trepidante, que bruscamente se transforma, ao ritmo acelerado adquirido pela história.

Mas a disciplina se restabelecerá, sobretudo, pela disciplina que se empreste ao empenho, pelo exemplo contínuo dos seguintes elementos:

P. — Mas como repercutiram, na Universidade, os atos de aposentadoria de alguns dos seus mais distinguidos elementos docentes?

R. — Seria insincero dizer que esse ato foi recebido sem grande perplexidade. Produziu verdadeiro impacto na comunidade universitária. Isto porque foi decisão tomada sem audiência dos dirigentes da Universidade, e, surpreendidos, por isso, com a decisão do Governo. É óbvio que o Governo exercitou legitimamente os poderes que lhe foram conferidos pelo AI-5, sendo essas aposentadorias inquestionáveis do ponto de vista legal; já que vivemos numa conjuntura peculiar, não caberia à Universidade questionar atos de natureza eminentemente política. Estou certo, porém, que teria sido mais conveniente que as autoridades universitárias tivessem sido ouvidas. Se tal tivesse acontecido, mais proveitoso para o Governo e para a Universidade terio sido. Para o Governo, porque talvez certos enganos não tivessem sido cometidos; e para a Universidade, porque respeitadas suas autoridades, ela poderia continuar a funcionar em plenitude, sem qualquer dúvida sobre a sua legitimidade que, só fortalecida e prestigiada, pode cumprir as responsabilidades que lhe competem. A Universidade e suas autoridades, o seu corpo social, representado pelo pessoal docente, discente e administrativo, deve ser apolítico. O seu único propósito deve ser o de servir à Nação, preparando profissionais, cientistas, artistas, filósofos, tecnólogos etc., com uma formação integral de cidadãos conscientes com patriotismo convicto, a fim de que possam concorrer para o progresso e o desenvolvimento do País. Educados que devem ser conscientemente, cumpre-lhes respeitar as Leis, a ordem pública, impregnados do mais atento espírito democrático.

É óbvio que a Universidade deve abrigar as mais variadas formas de pensamentos, de idéias e de convicções. Mas tudo pautado e balizado dentro de uma convivência harmônica, respeitando-se a opinião de cada qual. O livre debate, o confronto de idéias, não deve ser reprimido por qualquer forma. No entanto, tudo isto deve fazer-se sem que a Universidade sirva à propaganda política, à difusão de ideologias nem albergue o germe da perturbação social, ou da subversão.

A repressão, no entanto, a tais transgressões, deve ser mais do que uma atribuição, um dever dos dirigentes universitários, atentos que têm de estar sempre aqueles desvios que podem afetar a segurança nacional.

levar subsídios para a solução de problemas de interesse nacional. E quando tal não se faz é dever da Universidade atender a tudo que o Governo lhe peça. De fato, a Universidade tem sido sempre, e em particular a UFRJ, uma colaboradora permanente de todos os Governos, contribuindo com seus melhores homens para a sua composição. Sem nos reportarmos a todos os Governos progressos, basta lembrar que o Governo Castelo Branco foi integrado por quatro dos mais distinguidos professores desta Universidade, a saber: Roberto de Oliveira Campos, Otávio Gouveia de Bulhões, Raimundo Moniz de Aragão e Raimundo de Brito. Que o mesmo ocorreu em Governos passados, que sempre contaram com 2 ou 3 dos mais distinguidos mestres, como Santiago Dantas, Pedro Calmon e tantos outros. Aspecto, porém, que deve ser ressaltado é que, dentro da sua atual orientação, a UFRJ tem procurado equacionar os principais problemas nacionais, realizar pesquisas e estudos sobre o mesmo e levar ao Governo esses resultados.

● Um modelo

P. — O que tem feito a UFRJ em matéria de reforma?

R. — É motivo de orgulho para a UFRJ ter sido a primeira no País a desencadear o movimento reformista, movimento que teve início em 1961 e que não se deveu a pressões sociais, injunções políticas ou demagógicas, constituindo iniciativa de caráter eminentemente técnico. Foi a resultante da sensibilidade de seus mestres que, verificando estar a Instituição ultrapassada e inadequada a imposições do mundo moderno, iniciara a revisão da sua estrutura, usando metodologia científica e procedimentos autenticamente democráticos na planificação de um modelo institucional afeiçoado à realidade brasileira. Em 1964, com a vitória da Revolução, o Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco convocou alguns daqueles que estavam elaborando o plano da então Universidade do Brasil, hoje UFRJ, e pediu-lhes que formulassem um documento para servir de guia à sua política no campo da educação superior. Este documento podemos divulgar agora. Conferindo-se o que contém, verifica-se que o Governo Castelo Branco seguiu exatamente as diretrizes que a ele foram sugeridas.

● A reforma

P. — O que já concretizou a Universidade Federal do Rio de Janeiro em matéria de reforma universitária?

vulto, conta a Universidade com recursos providos de empréstimo tomado ao BID que, com a contrapartida brasileira, atinge cerca de US\$ 20 000 000. Para a conclusão das obras do Hospital, em dezembro do ano passado, o Presidente Costa e Silva que, justiça reconhecer, muito nos tem prestigiado, promulgou uma Lei autorizando a UFRJ a contrair um empréstimo de US\$ 10 000 000 com um grupo de banqueiros norte-americanos. Se essa operação de crédito for concluída, em breves dias como se espera, o velho sonho da Faculdade de Medicina, de 160 anos, se tornará realidade!

● O futuro

P. — Quais os planos futuros da Universidade?

R. — Antes de mais nada é necessário que haja continuidade administrativa nos planos que estão em desenvolvimento. Em outubro de 1970 o Reitor e os Sub-Reitores que estão atualmente à testa da Universidade, deverão concluir os seus mandatos, sendo imperativo que os que venham substituí-los prossigam a mesma política que vem sendo adotada. Como pela lei atual não é possível a recondução dos atuais dirigentes, é necessário preparar um grupo de gente nova, com sangue novo, agressividade, desejo de realizar e sobretudo amor à Universidade, para que todos esses esforços não sejam descontinuados. A Universidade não pode parar. Ela deve não só prover o presente, mas sobretudo prever o futuro, andando mesmo à frente e para a frente das exigências do momento que passa. Chegaria mesmo a dizer que ela tem que ser FUTURISTA, sem o que não estaremos criando o melhor ao nosso alcance, que não será desfrutado por nós outros, geração em crepúsculo, sem outras ambições do que criar para seus filhos, netos e bisnetos, aquilo que não nos foi dado desfrutar.

● Desalento

P. — Quais as dificuldades que se deparam à Universidade?

R. — Ressentimo-nos ainda de algumas das "doenças" que afetam países como o nosso: o individualismo, o imediatismo, a falta de coragem, a incompetência, a mediocridade, a timidez e o pavor às responsabilidades. Não desconhecemos, também, o que poderia chamar uma ecologia social pouco favorável ao cultivo do talento.

peitadas e prestigiadas, gozando da confiança que não é favor tributar-lhes.

Não posso deixar de fazer uma referência muito especial ao inesquecível Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, que exerceu as suas ações dentro dos parâmetros aconselhados, dando-nos um período de Governo durante o qual a doutrina e providências sugeridas pela UFRJ foram por ele observadas, permitindo que se colhessem os primeiros frutos da reforma em processo.

● Compromisso

P. — Que dificuldades enfrenta, no momento, a Universidade?

R. — Pelo que já disse, podem inferir quais sejam elas. Basta cotejar o que seria desejável e esperável com o que não está acontecendo. Respeito o Governo, as Leis e as autoridades. Estas que refletem e extraíam o significado das minhas palavras. A elas deixo, porque lhes cabe o próprio julgamento.

Se forem cumpridas, por exemplo, Leis como o Decreto n.º 63 337/68, do Governo Costa e Silva, que manda entregar à Universidade recursos consignados, sem qualquer corte ou restrições, poderemos realizar tudo o que planejamos e planejarmos. Este o nosso compromisso. Pago em dia e compensadoramente, o pessoal docente dará o máximo rendimento, mantendo os alunos ocupados, motivados por um clima feliz de trabalho, a garantia contra a turbulência, a inquietude e, em síntese, o único remédio contra o germen da subversão.

O resto deixem por nossa conta, pois temos consciência dos nossos deveres. Melhores patriotas do que somos não os haverá em outras classes sociais. Se houver dúvidas sobre isto, aceitamos o desafio!"

para a juventude e pelos criativos interesses nacionais. E que nunca foi livre para fazê-lo, manietada que sempre esteve a universidade, primeiro por uma legislação centralizadora, adjetiva e minudente, depois pela ação subversiva amparada, senão inspirada, pelo próprio Governo

5. A legislação específica do ensino universitário envolveu sob o signo e a inspiração de falsas concepções, marcadas pelas inevitáveis deformações dos regimes autoritários. Assim, a universidade viu a sua autonomia, que se requer econômica, política e cultural, transmitir-se, nos termos da legislação acanhada, em financeira, administrativa e didática. E nem essa autonomia assim restrita desfrutou realmente a universidade, pois o Governo guardava sobre ela tal poder de coação, que somente era autônoma na extensão em que o permitiam, quando presentes o patriotismo e a cultura dos governantes.

Apenas, com a recente promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, veio a universidade a libertar-se das malhas daquela legislação opressiva, fruto de "velho hábito nosso, o de legislar para a educação nos mais mínimos detalhes, como se a lei pudesse efetivamente regular o que é de ser regulado pela consciência profissional e técnica dos que a ministram".

6. Mas, a libertação chegou em momento em que já se encontrava conturbada a vida universitária. O processo comunista apossara-se da bandeira reformista para, no campo universitário, como em todos os outros, levantar justas reivindicações, logo desviadas dos seus propósitos e conduzidas ao sentido das instituições subversivas da ordem e das instituições democráticas. Assim, o problema da reforma universitária foi colocado, para os estudantes, em termos agudos e deformados, em panfletos e livros de inspiração comunista, como a "Carta do Paraná" e "A Questão Universitária".

Inicialmente, os comunistas dominaram a UNE (União Nacional de Estudantes), órgão excrecente da sistemática das instituições educacionais e de doutrinas, atuantes e agressivas de minoria, que se prestaram, maliciosamente, a desviar a atenção dos estudantes democratas, menos atentos aos deveres escoteiros, para a convivência do Governo, com a criação do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e da própria cúpula do Ministério da Educação, daí conduziram o processo de sua jugação e destruição da Universidade, através do duplo mecanismo do alijamento ideológico e da incitação à indisciplina dos estudantes. Concomitante e não menos intenso foi o processo tentado de dissolução moral e política da juventude, mediante uma campanha movida aos preceitos sistematizada como "preconceitos burgueses", ironizada e desmontada por um grupo de estudantes, destacou-se sobretudo a corrupção pelo dinheiro.

As falhas estruturais e os processos pedagógicos da universidade, facilitaram o terreno à marcha da subversão, que inspirada e apoiada de cande fora, pelos agentes comunistas, e conduzida à área universitária, como fogo em palha seca, conta-se a universidade brasileira, neste momento, com três problemas em entrelaçamento: a reforma da disciplina; a reforma da estrutura universitária; e a reforma da distribuição da justiça social.

- planejamento adequado e cuidadoso;
- emprego dos necessários recursos materiais e humanos, segundo as mais modernas técnicas de ensino;
- regime de tempo integral para alunos e professores, que crie a convivência efetiva, o recíproco conhecimento e a indispensável integração.

10. A erradicação do comunismo há que se fazer pela ação repressiva momentânea que afaste da coletividade universitária os agentes e instrumentos da subversão, a qual deverá processar-se, todavia, sem infração das normas democráticas e universitárias inarredáveis, de liberdade de pensamento e de cátedra, e pela profilaxia permanente, a retratar-se na efetiva ocupação do aluno nas tarefas escolares, de sua educação para a prática consciente da democracia e pela distribuição da justiça social.

Traduz-se esta, no âmbito universitário, no preceito de que nenhum jovem, com efetiva capacidade, terá seu acesso à instrução superior vedado por motivos econômicos. Para satisfazê-lo, o meio idôneo é a distribuição de bolsas aos carentes de recursos, de valor não padronizado porque supletivas, capazes de satisfazer, efetivamente, às necessidades do estudante.

Por contrárias à integridade do caráter, serão eliminadas quaisquer práticas assistenciais paternalistas e os auxílios indiscriminados, que redundam em injustiça disfarçada sob roupagem de equidade.

11. A par do esforço que, no sentido da colimação desses altos objetivos, empreenderá a universidade por sua iniciativa e seus próprios meios, faz-se indispensável o concurso de medidas governamentais, que a seguir são apontadas:

- a) apoio, para rápida tramitação no Congresso, às medidas indispensáveis à reforma universitária, que careçam consubstanciar-se em lei;
- b) preservação e total observância dos preceitos da autonomia universitária consagrados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- c) entrega efetiva e pontual dos recursos orçamentários, única fonte de custeio das atividades das universidades federais;
- d) regulamentação, em termos realistas, do regime de tempo integral;
- e) extinção da UNE e todos os demais órgãos estudantis que ultrapassem, em seu âmbito de ação, aos limites da universidade isolada, substituídos pelo congraçamento dos estudantes universitários em reuniões anuais de âmbito nacional de caráter cultural, esportivo e social;
- f) adoção de um plano realmente eficiente de distribuição de bolsas, segundo normas flexíveis de utilização e rigorosos preceitos de justiça em sua distribuição.

12. São estas, Senhor Presidente, as considerações que nos ditaram trazer a Vossa Excelência a consciência profissional e o dever cívico, no momento em que se investe no mais alto cargo do Governo, cercado pela confiança irrestrita e melhores augúrios de tóda a Nação brasileira.

(ass.) Carlos Chagas, Carlos Cruz Lima, Raimundo Moniz de Aragão, Clementino Fraga Filho, Lauro Soller e Paulo de Góes.